

Ex.mo Sr. Secretário de Estado da Valorização do Interior, João Catarino

Ex.mo Sr. Presidente da CIM Douro, Carlos Silva Santiago

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Intermunicipal Agostinho Marafão

Caros colegas Presidentes de Câmara Municipal, Vereadores e demais autarcas

Ex.mo Sr. Presidente da CCDR-N, Freire de Sousa

Caríssimo Presidente da Estrutura de Missão para as Comemorações do V Centenário da Circum-Navegação de Fernão de Magalhães, José Marques

Demais representantes institucionais e associativos,

Caras e Caros convidados,

Minhas senhoras e meus senhores,

Hoje comemoramos o décimo aniversário da Comunidade Intermunicipal do Douro. Esta associação de municípios, que carrega o nome da região que é a nossa identidade partilhada, completa uma década ao serviço dos nossos concidadãos. Neste tempo, procurou servir de plataforma estratégica supramunicipal, juntando os autarcas e os interesses comuns de 19 municípios. Hoje, portanto, como em todos os ciclos que se completam, é importante que festejemos, mas que também dediquemos o nosso tempo a uma certa introspeção e autoanálise.

Terão sido as Comunidades Intermunicipais em geral e a nossa em particular, uma boa ferramenta para alavancarmos a região?

Teremos tido a capacidade para desenvolver projetos supramunicipais estruturantes, que sejam relevantes e reconhecidos pelos nossos concidadãos?

Estaremos dotados de todos os meios financeiros, humanos e legais, que nos permitam atingir os nossos objetivos?

Será suficiente a articulação entre os Municípios, as várias entidades supramunicipais e o governo central?

Valerá a pena insistir no modelo atual ou, pelo contrário, passada uma década, valerá a pena perceber as nossas limitações e dificuldades, revendo a organização das CIM em parceria com o governo e a CCDR-N?

Não serei eu a dar a resposta a estas questões no dia de hoje, mas não ficaria bem com a minha consciência se não as elencasse. No momento que se completa uma década de CIM Douro, talvez a nossa melhor prenda de aniversário para a organização e para a região possa ser uma profunda reflexão sobre tudo isto. Mas voltemos ao programa. Abordemos uma outra questão basilar da nossa entidade comum: a CIM Douro é constituída por 19 concelhos que se inscrevem na lista dos municípios do interior. E não somos os únicos. De acordo com a resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2016, de 22 de janeiro, o Programa Nacional para a Coesão territorial incide sobre 165 municípios, dos 308 que compõem o país. Ou seja, mais de metade da totalidade dos municípios portugueses podem ser caracterizados como sendo de interior. O meu nome surge no programa de hoje como representante do Movimento pelo Interior. Permitam-me então que vos fale um pouco sobre essa temática. Este movimento apartidário e abrangente procurou essencialmente contribuir para a criação de políticas públicas que contrariem ou atenuem alguns dos problemas estruturais das regiões de baixa densidade, normalmente associadas ao interior do nosso país.

Portugal é um país que, apesar de relativamente pequeno, apresenta uma enorme diversidade de realidades no seu território. As grandes diferenças entre territórios, aquelas que nos devem preocupar enquanto país e nomeadamente enquanto responsáveis políticos, são as que se verificam ao nível do desenvolvimento, quer desenvolvimento social, quer desenvolvimento económico, passando naturalmente pelas questões demográficas, etárias, das acessibilidades, do emprego e da competitividade, entre outros.

Entre 1960 e 2011, a população residente portuguesa aumentou aproximadamente 20%, passando de 8.292.500 para 10.047.621 habitantes. No conjunto dos territórios do interior a tendência é inversa. Verifica-se, para o mesmo período, uma perda na ordem dos 30% de população.

Portanto, o primeiro problema estrutural que o interior enfrenta é o da perda de população. Para contrariar esta realidade é necessário promover a fixação daqueles que ainda resistem nesta parte do território e a atração de novos habitantes. Esta abordagem dual, de não só fixar os residentes, como atrair novos residentes, está relacionada diretamente com o segundo problema que enfrentamos: o envelhecimento da população.

E como assistimos a uma perda importante de população em volume, que leva a uma diminuição da densidade populacional e do número de utentes de serviços públicos, os gestores dos vários serviços centrais, baseados nas sua folhas de Excel, cortam! Diminuem a presença do estado e dos serviços públicos no interior, diminuem o investimento e alocação de fundos comunitários, desprezando o facto de diminuir a qualidade de vida nestes territórios e de provocarem, em última análise, a continuação do ciclo de perda de população.

Como outro exemplo, refira-se que, nos últimos anos, o país perdeu 1808 estabelecimentos de ensino, dos quais 1027 foram no interior. Relativamente às unidades de saúde de proximidade (extensões de saúde), o país perdeu cerca de 117 unidades, 50 das quais nos territórios do interior. Estes são apenas alguns dos indicadores que demonstram a existência de um país a várias velocidades, onde a coesão territorial e convergência interna não existem e demonstram uma tendência de degradação, se nada for feito. Todo este contexto social e demográfico, associado a problemas de acessibilidade, ao desinvestimento por parte do estado central e à falta de políticas públicas descentralizadoras, criaram no interior do país o estigma de uma região desinteressante do ponto de vista económico, onde a atração de investimento é difícil e onde a geração de emprego e riqueza não é comparável à faixa litoral de Portugal.

Minhas senhoras e meus senhores,

Assumamos sem tibiezas esta nomenclatura e aceitemos que durante demasiado tempo permitimos que Portugal se fosse dividindo entre duas realidades bem distintas e distantes. De nada adianta o refúgio na semântica e nos paliativos, quando nos confrontamos diariamente com a realidade que descrevi. Um território que perde 30% de população, tem indicadores de desenvolvimento próximos da morte social e se contenta com migalhas ao nível do investimento comunitários, não é “desafiante”. É um território a caminho da catástrofe no espaço de duas gerações. Portanto o desafio não está no território. O desafio está na capacidade dos agentes políticos locais, regionais e nacionais serem capazes de contrariar esta realidade e construir outra.

O documento produzido pelo Movimento pelo Interior é claro na demonstração de que ao nível da demografia, do desenvolvimento socioeconómico, do investimento do estado, da atratividade, da ocupação do território, entre tantos outros indicadores, décadas de políticas públicas centralizadoras atentaram contra a coesão territorial do nosso país. O Portugal em que vivemos é um país desequilibrado.

Por outro lado, a elevada concentração empresarial, industrial, de serviços, de alunos do ensino superior ou de população nas áreas metropolitanas, criou uma série de constrangimentos a nível social e do planeamento.

Hoje é evidente que a excessiva concentração de população em determinadas áreas urbanas, nomeadamente as áreas urbanas de maior dimensão, é potenciadora da existência de problemas sociais, da sobrecarga de serviços de saúde, da rede rodoviária, de escolas e serviços educacionais, de redes de apoio social, entre outros. A gestão destes territórios começa a afigurar-se como extremamente difícil, extremamente cara e absolutamente desviada de qualquer conceito de qualidade de vida.

Como se vê, portanto, ignorar uma parte significativa do território nacional, o interior, ou dificultar a permanência nestas zonas de pessoas e negócios, é mau para o interior e é igualmente mau para o litoral. A defesa do interior e da sua convergência nunca poderá ser encarada como adversária, mas sim como complementar do desenvolvimento do litoral, e conseqüentemente do País como um todo.

O Movimento pelo Interior surgiu com este espírito, e foi com este espírito que entregou ao Governo e à Assembleia da República as suas propostas de valorização do interior. Surgiu também de uma vontade de contribuir ativamente para a definição de políticas públicas inovadoras, talvez até radicais, que num horizonte temporal aceitável de três legislaturas possam fazer a diferença. Congregou os contributos de académicos, de autarcas, de empresários e de cidadãos anónimos que, nas várias conferências que o Movimento organizou por todo o país, foram acrescentando saber e experiência, vertidos no documento final. E sentimos que contribuimos decisivamente para colocar o tema da coesão territorial no vocabulário político do país. As propostas estão concentradas em três áreas: a primeira é a Política Fiscal, a segunda é Educação, Ensino Superior e Ciência, e por fim a Ocupação do Território pelo Estado. No conjunto são 24 as medidas concretas que o movimento propôs, cada uma delas quantificada e com o impacto devidamente avaliado. Medidas como sediar no interior do país todos os novos serviços públicos, salvaguardando que qualquer serviço público criado que não seja localizado no interior deve ter como justificação uma razão de interesse público. Ou, na área fiscal, tornar o Regime Contratual de Investimento (RCI) – destinado a grandes investimentos iguais ou superiores a 25 milhões de euros – exclusivo do interior. Ou, por exemplo, na área do ensino e educação, elevar dos atuais 11% para 25% o número de estudantes nas instituições de ensino superior do interior, um processo progressivo, a decorrer ao longo de três legislaturas (12 anos). Algumas das 24 medidas propostas começaram já a ter reflexo em políticas públicas definidas pelo governo, mas este é, assumidamente, um processo a médio prazo. Por outro lado, assistimos com estupefação a medidas que, revelam que o centralismo da capital do império está longe de ser extinta.

O recentemente anunciado Plano Nacional de Investimentos 2030 é um excelente exemplo. Sem o analisar em profundidade, refletimos sobre o seguinte: é imposta a limitação aos projetos ou programas do PNI apenas a investimentos com valores superiores ou iguais a 75 milhões de euros. As áreas metropolitanas de Lisboa ou Porto esfregam as mãos de contentamento, mas... e o interior? Conseguiremos nós chegar aí?

E mais regionalmente, onde está a internacionalização da Linha do Douro? Bastará dizer que o interior norte é uma porta de entrada para o mercado ibérico para isso se materializar, ou serão necessárias medidas concretas, como a ligação do Douro a Espanha, por ferrovia? Ou, num outro exemplo caro para o Douro, a ligação rodoviária pelo IC26?

Confesso-vos a minha desilusão com o PNI 2030. Hoje, talvez como nunca, estão criadas as condições para o desencravamento do interior, há tanto tempo adiado. Eleitos locais e nacionais, associações de municípios, legisladores e governo, académicos e empresários do interior e do litoral, todos estão atentos a esta causa comum, de alavancar o interior do país. Nós, Comunidade Intermunicipal do Douro temos também um papel fundamental. Um papel que passa pelo nosso trabalho diário nos nossos municípios, pela reflexão, que referi anteriormente, sobre as CIM, mas também por uma disponibilidade total para sermos conseqüentes, caso

falhemos na nossa missão de melhorar a convergência. Os Municípios serão, talvez, a parte menos dotada de meios para o conseguir, mas asseguro-vos que eu, pessoalmente, estarei na linha da frente daqueles que não aceitarão a manutenção do estado atual do interior nem aceitarão qualquer justificação para o adiamento do inadiável.

Muito obrigado!

Rui Santos

Presidente da Câmara Municipal de Vila Real

10º Aniversário da CIM Douro

15/01/2019